



ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às nove horas e quarenta e sete minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, o senhor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, para leitura da ata da sessão anterior.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores deputados! *"Ata da Sexta Sessão Ordinária da Terceira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos dezoito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, às onze horas e dezesseis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. **PEQUENO EXPEDIENTE** - Lida e aprovada a Ata Seis da Quinta Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Ofício nº 4.719/2024, da Secretaria de Estado de Fazenda de Mato Grosso do Sul; Ofícios nºs 387, 17.256, 18.052, 18.360, 18.771, 19.432, 19.440, 19.445, 19.648, 19.653, 20.236 e 20.240/2024 e 2025, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul; Ofício nº 155/2025, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande. O presidente consultou o Plenário e o mesmo deliberou para que a Ordem do Dia fosse transferida para a próxima Sessão Ordinária. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** - Foi suprimida. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Mara Caseiro, Pedro Kemp, Coronel David, João Henrique, Lia Nogueira, Paulo Corrêa, Neno Razuk, Gleice Jane, Zé Teixeira e Jamilson Name. **GRANDE EXPEDIENTE** - Foi suprimido. **ORDEM DO DIA** - Foi transferida para a próxima Sessão Ordinária. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS** - Foi suprimida. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dezoito de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco."*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para leitura do expediente.



PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, senhoras e senhores deputados. "Expediente da Sessão Ordinária de 19 de fevereiro de 2025: Mensagem nº 001/2025, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, encaminhando o projeto de lei complementar que pretende alterar a Lei Complementar nº 160, de 2 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul e dá outras providências; Mensagem nº 002/2025, do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul, encaminhando o projeto de lei que tem o objetivo de fixar o subsídio mensal dos conselheiros, dos conselheiros substitutos e dos membros do Ministério Público de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, consoante dispõem os parágrafos 4º e 5º do artigo 80 e o parágrafo 4º do artigo 81, ambos da Constituição Estadual; Carta da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, encaminhando Nota Técnica, anexa, ao Projeto de Lei nº 61/2023, de autoria do deputado Antonio Vaz; Ofício nº 16.990/2024, da Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3545/2024); Ofícios nºs 13.402 e 66.797/2025, da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Zé Teixeira, Coronel David, Pedro Kemp e Mara Caseiro." Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Neno Razuk. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente e senhores deputados, bom dia. Cumprimento a imprensa, os servidores da Casa, aqueles que nos prestigiam aqui no Plenário e todos que nos acompanham pela TV Assembleia. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcantara de Carvalho, e ao diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos, senhor Mauro Azambuja Rondon, por cópias autônomas, solicitando, mediante convênio ou execução direta no orçamento, a construção de uma passarela destinada a ciclistas na histórica 'Ponte Velha' do rio Taquari, no município de Coxim, conforme documentação anexa. A proposição encontra justificativa no pedido do vereador Johnny Guerra Gai, através da Indicação nº 08/2025, lida e aprovada naquela Câmara Municipal e encaminhada ao meu gabinete por meio do Ofício nº 010/2025, que segue anexo. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Washington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, reiterando a Indicação anterior nº 07029/2023, solicitando a viabilização de uma patrulha

mecanizada, com implementos agrícolas, para as famílias dos assentamentos de Três Lagoas, em atenção ao pedido formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Três Lagoas, conforme o Ofício nº 015/2023 anexo. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Washington Willeman de Souza, diretor-presidente da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural, reiterando a Indicação anterior nº 07027/2023, solicitando a viabilização de doação de uma caminhonete, a fim de apoiar e fortalecer o desenvolvimento das famílias dos assentamentos de Três Lagoas. Esta indicação atende à solicitação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Agricultores e Agricultoras Familiares de Três Lagoas, conforme o Ofício nº 016/2023 anexo. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Barbosa Nogueira Lopes, e ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando providências urgentes quanto à substituição de lâmpadas queimadas de postes de iluminação pública nos bairros SÍRIO LIBANÊS e Jardim Aero Rancho. Para maior exatidão, cito: rua Imbirussú, número 94; bairro SÍRIO LIBANÊS; Avenida Anhembí, número 412, bairro Jardim Aero Rancho (dois postes). Apenas estas indicações, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Bom dia, senhor presidente e caros colegas deputados. Presidente, eu estou impressionado com a informação que recebi há pouco do vereador Valdir Fischer, do município de Rio Negro, sobre o serviço de telefonia. A operadora Oi está há duas semanas sem funcionar na cidade de Rio Negro. O serviço foi suspenso sem nenhum tipo de informação sobre quando a situação será resolvida. Está havendo um verdadeiro apagão. Algo precisa ser feito com a máxima urgência. A Oi, que está em recuperação judicial, tem prestado um péssimo serviço para a população do Brasil e de Mato Grosso do Sul. E agora Rio Negro, especificamente, está sendo penalizado, sem nenhum tipo de explicação. A meu ver, senhor presidente, nós temos que enviar um ofício para a Agência Nacional de Telecomunicações, temos que mobilizar a bancada federal, com os nossos senadores, e discutir, no futuro, até a cassação do serviço da Oi. O consumidor não pode ser desrespeitado dessa forma. A quantidade de problemas colocados dentro do cotidiano das pessoas (porque não há acesso à telefonia, não há acesso à internet), sem justificativa, é impressionante. Diante disso, quero apresentar um requerimento. Requeiro à Mesa, nos termos do artigo 173, inciso XX, do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à Agência Nacional de Telecomunicações, solicitando que verifique as condições de prestação dos

serviços da empresa Oi, no município de Rio Negro. Justificativa: "O pleito foi endereçado a este gabinete pelo vereador Valdir Fischer, da Câmara Municipal de Rio Negro, o qual relatou que, há mais de duas semanas, o serviço de telefonia e internet prestado pela operadora Oi está suspenso, sem justificativa e sem previsão de retorno à normalidade. Assim, considerando que os canais normais de atendimento disponibilizados pela operadora não se mostraram efetivos, é indispensável a comunicação à Agência Reguladora, para que a mesma tome as providências cabíveis." E eu quero fazer mais do que um simples requerimento, quero levar o caso muito a sério. Porque o problema não está acontecendo apenas na cidade de Rio Negro. Nós temos de ir a Brasília, bater na porta da Anatel, cobrar explicações, e, se for o caso, até pedir a cassação da operadora, que tem prestado um péssimo serviço no Brasil. Muito obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu estava inscrito, mas transferi. Eu ainda tenho a inscrição?

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — É, mas eu tenho que chamá-lo.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu gostaria de falar, mas não pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Quando o deputado não fala na hora, a gente o coloca na sequência, após os demais. Mas, se o senhor fizer questão, pode falar agora.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, eu não quis falar, pela ordem, para não tergiversar do nosso Regimento Interno. Eu quero tecer um comentário sobre a fala do deputado Pedrossian Neto. A fala de Vossa Excelência, deputado, ecoa aquilo que as pessoas estão sentindo com relação à falta de conectividade no interior. É um absurdo, é uma vergonha. Hoje em dia, quem está conectado consegue reivindicar seus direitos, consegue integrar sistemas, enfim. Então, é uma questão de necessidade. Agora, eu divirjo do senhor em um único ponto: mobilizar a bancada federal. Os senadores e os deputados se mobilizarem e irem para cima da operadora, para a gente conseguir o que seria justo, que é a cassação da concessão, pode demorar. Nós vamos ver algo muito melhor acontecer. O Elon Musk já disse, deputado Pedrossian Neto, que vai colocar o sinal de internet da Starlink nos telefones. Então, as operadoras de telecomunicação estão com os investimentos e dias contatos. Se não for a Starlink será alguma plataforma chinesa, enfim, mas alguém vai resolver o problema. Acho que em breve



nós veremos o que o capitalismo consegue fazer, de modo muito mais rápido, no lugar da política. Nós estamos aqui para reivindicar. Mas parece que a lentidão da política mostra para as pessoas que elas precisam cada vez menos do Estado. Eu me somo a Vossa Excelência e às pessoas que têm reclamado da falta de conectividade. Obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Bom dia, senhor presidente. Bom dia, nobres pares. Bom dia, todos que se fazem presentes. Eu trago duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Educação, senhor Hélio Daher, solicitando a instalação de trinta e quatro aparelhos de ar-condicionado de 18 mil BTUs na Escola Estadual Eldorado, no município de Eldorado. A presente indicação decorre de uma solicitação feita pela diretora da escola, a senhora Kelly Morato Carminatti. A escola foi totalmente reformada, ampliada, mas carece de ares-condicionados. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando a execução do serviço de patrolamento e encascalhamento na MS-489, no trecho que liga a sede do município de Naviraí ao distrito de Porto Caiuá. A presente indicação atende ao pedido formulado pelos vereadores do município de Naviraí Leninha, André Ricardo, Mário, Giovana, Bruno, Regivan, Liliane Patrícia, Marcio Scarlassara, Ely José Rodrigues, Brendo Caíque, Murilo Peres Matos e Josias Daniel Moretto e Rosângela Faria. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro. Bom dia, nobres pares. Bom dia, todos que nos honram com sua presença neste Plenário e todos que nos assistem através da TV Assembleia. Indico à Mesa, com fulcro no que dispõe o artigo 176 do Regimento Interno, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura, senhor Euro Nunes Varanis Junior, solicitando a instalação de um quebra-molas na BR-376, nas proximidades do KM 142, no distrito de Amandina, no município de Ivinhema. A comunidade local tem expressado de forma constante preocupação com a segurança naquele trecho, sobretudo em razão do alto fluxo de veículos que transitam em alta velocidade. Isto representa risco à integridade física de pedestres e

motoristas. Justificativa anexa. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópia ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, solicitando o recapeamento da rodovia MS-180, no trecho compreendido entre os municípios de Iguatemi e Juti. A presente proposição encontra amparo nas reiteradas e substanciais queixas apresentadas por moradores e usuários da rodovia, os quais enfrentam graves transtornos decorrentes do deplorável estado de conservação da via. Justificativa anexa. Requeiro à Mesa, ouvido o colendo Plenário, em consonância com as disposições regimentais do artigo 173, inciso XIX, que seja feita a reserva do Plenário Deputado Júlio Maia para o dia 18 de março de 2025, no período das 18h às 21h, para a realização da posse da diretoria do Conselho Diretor e da coordenadora da BPW - Campo Grande, Associação de Mulheres de Negócios Profissionais de Campo Grande. Para realização deste evento, solicito os seguintes serviços: cerimonial, copa, segurança, sonoplastia, confecção de convites, certificados, cobertura jornalística pela TV e Rádio Assembleia, serviços gerais, serviços de multimídia e informática. Justificativa anexa. Era o que eu tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente, deputadas e deputados e público aqui presente. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcântara, e ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, solicitando a pavimentação da Estrada Parque, no trecho que envolve a Serra da Manga, no município de Corumbá. O referido trecho encontra-se em situação precária, o que tem causado transtornos aos transeuntes. Inclusive, já foram registrados acidentes com vítimas fatais na região. Todavia, como a estrada é de fundamental importância para o agronegócio, para o turismo e para a pesca na região de Porto da Manga, ela merece atenção. Justificativa anexa. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e caros deputados. Requeiro à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, nos termos do artigo 101 do Regimento Interno, que seja prorrogada a vigência da Frente Parlamentar Cristã em Defesa da Família para a Terceira e a Quarta Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura. Considerando a relevância do serviço prestado pela frente à

população, nota-se a necessidade de sua continuidade. Peço, portanto, o apoio dos pares. Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Renato dos Anjos Garnes, comandante da PM, solicitando que adotem as medidas necessárias, a fim de abrir mais um posto policial em Aquidauana. A proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao meu gabinete pelo senhor Wagner Romero, que solicita a instalação de um posto policial nas seguintes localidades: Jardim Exposição, Vila Pinheiro, Chapecoense, Jardim Aeroporto 1 e 2, Arara-azul, Aldeia Urbana Tico Lipú, Morrinho e Três Barras. Nos últimos tempos, a presença policial tem sido cada vez mais necessária, devido ao aumento de pontos de comércio de ilícitos, furtos, agressões físicas, entre outros. A Polícia Militar tem se esforçado para cobrir toda a extensão da cidade, no entanto, a carga de trabalho dos policiais tem sido muito elevada, o que inviabiliza um atendimento mais ágil e eficaz às ocorrências. Era o que tinha, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, públicos presentes e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALMS e pelas redes sociais. Eu trago hoje um requerimento e uma indicação. Com relação ao requerimento, eu quero até chamar a atenção do deputado Zeca do PT, que muito bem representa os assentados. Requeiro à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Incra no Estado de Mato Grosso do Sul, senhor Paulo Roberto da Silva, solicitando informações sobre a questão da regularização e entrega definitiva dos títulos dos lotes dos seguintes assentamentos: Aldeia 01, Aldeia 02, Santa Clara e Montana, localizados no município de Bataguassu. O processo estava em andamento, mas até o momento os títulos não foram entregues aos cidadãos. Bom, mas eu tenho algumas indagações, deputado Zeca. Vejam bem, senhores. Eu estive, em algumas oportunidades, pessoalmente com o Paulinho, e estive no cartório também, para dar uma verificada na situação. E havia pendência. A minha assessoria pegou a pendência e a encaminhou ao Incra. E ficou combinado que em dezembro seria marcada a data da entrega dos lotes, que seria feito um evento em janeiro e tal. Ficou estabelecido que a Sala da Cidadania ficaria responsável pelo atendimento aos assentamentos, enfim. Acontece que agora eu não consigo mais obter nenhuma resposta com relação à entrega dos títulos. Isto me dá uma agonia muito grande. No domingo eu fui a um almoço no assentamento, até para agradecer pela eleição da minha esposa, que foi eleita prefeita lá, e na ocasião vários proprietários

de lote me questionaram sobre a entrega dos títulos, porque o ato seria em janeiro. Então, eu estou encaminhando este requerimento. Peço o apoio de Vossa Excelência, presidente, porque o senhor é próximo do Paulo. Eu sei da competência dele, sei que ele quer fazer o melhor trabalho. Mas é necessário acelerar o processo de entrega dos títulos. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, com cópias autônomas, e ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, senhor Antonio Carlos Videira, solicitando providências no sentido de retomar as obras de construção do quartel da Polícia Militar no município de Jardim. As obras foram paralisadas já faz algum tempo, e não foram retomadas. Parece-me que a empresa que seria responsável pela obra faliu. Agora deverá ser feita nova licitação. Por conta disso, o vereador Alexandre Barros Leite encaminhou esta solicitação ao meu gabinete. É preciso verificar o que está acontecendo na Sejusp. Não sei se a obra também está sendo conduzida pela Agesul. Enfim, o que a população quer é que o quartel seja concluído. Por hoje é só. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente e senhores deputados, bom dia. Eu venho apresentar um projeto de lei. "Projeto de lei que dispõe sobre o acesso aos dados dos antecedentes criminais de terceiros, armazenados nos sistemas de órgãos públicos, para fins de consulta, para proteção dos direitos da mulher, no âmbito do Estado de Mato Grosso do Sul. Artigo 1º - Os dados de antecedentes criminais de terceiros armazenados nos sistemas e sites de órgãos públicos ficam disponíveis para consulta, para fins de proteção dos direitos da mulher, nos termos desta legislação. Artigo 2º - O poder público disponibilizará uma ferramenta digital no formato de aplicativo, com a finalidade de proporcionar rapidez ao acesso aos antecedentes criminais dos possíveis agressores. Os órgãos titulares dos dados sobre antecedentes criminais deverão promover ações e campanhas de conscientização das mulheres, para que investiguem o histórico de possíveis condutas agressivas por parte de seus companheiros..." Seguem aqui outros artigos. Quero reforçar que, por conta do feminicídio da jornalista Vanessa, fato lamentável, nós participamos de várias reuniões, inclusive ontem aqui na Casa, com a presença de todos os Poderes. E nós também debruçamos sobre o assunto, sobre políticas públicas de prevenção e proteção aos direitos das mulheres. Portanto, estamos apresentando este projeto de lei. Agora, vou apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópia ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública, e à senhora Viviane Luiza da Silva, secretária de Estado de Cidadania, solicitando, com agilidade, a implementação do

aplicativo, que servirá como ferramenta de proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. A intenção é proporcionar às mulheres acesso rápido, desburocratizado e centralizado a informações e ferramentas de proteção contra violência, como por exemplo o sistema de busca de condenados por violência doméstica. A intenção é evitar que a mulher tenha contato com agressores reincidentes. Então, nós estamos buscando colaborar, fomentar o debate. É preciso que medidas concretas e políticas públicas eficazes sejam viabilizadas, para que o poder público consiga pôr fim à prática de assassinato de mulheres. Bom, outro assunto que surgiu ontem durante a reunião com os Poderes foi a Casa da Mulher Brasileira. Eu quero falar um pouco sobre isso. Nós estamos solicitando ao senhor Temis de Oliveira, diretor-presidente do Consórcio Guaicurus, e ao senhor Paulo da Silva, diretor-presidente da Agetran, a instalação de um terminal de transporte coletivo nas imediações da Casa da Mulher Brasileira. É importante dizer que a Casa da Mulher Brasileira fica distante de muitas regiões da cidade. Quem mora nas Moreninhas, no Aero Rancho, no Nova Lima, demora muito para chegar à Casa da Mulher Brasileira. São 10, 12 quilômetros. E muitas mulheres de baixa renda, que dependem do transporte coletivo, precisam ter acesso facilitado à Casa da Mulher Brasileira. E um terminal de ônibus ali nas proximidades da Casa da mulher facilitaria a vida das vítimas. Vale ressaltar que ontem o secretário de Segurança disse que a Casa da Mulher Brasileira registra de vinte a trinta ocorrências por dia. E ano passado foram registrados mais de 20 mil atendimentos na Casa da Mulher Brasileira. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto da Silva, superintendente do Incra, solicitando providências no sentido de conceder aos assentados os títulos definitivos dos lotes dos Assentamentos Sebastião Rosa da Paz e Guanabara, localizados em Amambai, e Terra do Boi, localizado no município de Juti. Por último, senhor presidente, quero apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Walfrido Moraes Tomás, pelo recebimento do prêmio "Planeta Terra", concedido pela Aliança de Cientistas Mundiais a cientistas que se destacam na busca por soluções ambientais e na defesa da vida do planeta. Era o que tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Bom dia, presidente, integrantes da Mesa Diretora, colegas parlamentares, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Eu trago algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Riedel, ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de

Estado de Infraestrutura e Logística, e à senhora Nair Brant, prefeita do município de Douradina, solicitando a destinação de recursos para a execução de obras de recapeamento e drenagem em toda a extensão da avenida Presidente Dutra, em Douradina. A Presidente Dutra é uma das principais vias daquele município, ela é essencial para a mobilidade urbana e para o desenvolvimento local. No entanto, ela apresenta deterioração, muitos buracos, o que dificulta a mobilidade da população. Por isso, apresento esta indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao secretário de Estado de Infraestrutura e Logística, senhor Guilherme Alcantara de Carvalho, solicitando a retomada (com urgência) da obra de construção de uma passarela para pedestres na MS-156, no trecho entre a BR-163 e o Núcleo Industrial, no município de Dourados. Esta é uma demanda antiga da população de Dourados, as pessoas têm nos cobrado isso. A região sul de Dourados se tornou populosa, vários loteamentos, vários bairros surgiram, empresas se instalaram lá. Tudo isso deixou o trânsito muito violento, muito perigoso. O risco de acidentes é iminente. Aliás, já ocorreram acidentes com mortes naquela região. Então, é urgente que a passarela seja construída. Eu fiz questão de entregar este pedido em mãos ao governador, e ele fez um compromisso com o nosso mandato, que representa principalmente a região da Grande Dourados, de que a obra vai sair, vai ser agilizada. Nós estamos no aguardo. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Roberto Bertolo, superintendente da CCR MSVia, solicitando a implantação de um acesso e a revitalização da sinalização nas entradas da Sítioca Campo Belo 1 e 2 e da Sítioca Ouro Fino, localizadas na BR-163, em Dourados. As comunidades locais (que ficam ao longo da BR-163, aproximadamente 5 quilômetros após o trevo da Bandeira, no sentido da Cohama, e também da Inpasa, duas grandes indústrias em Dourados) têm enfrentado sérios problemas de segurança viária, porque não têm acesso rápido e seguro. O acesso atual às localidades carece de infraestrutura adequada e de sinalização eficiente. A falta disso tem resultado em acidentes, inclusive alguns com mortes. As autoridades competentes precisam verificar isso. E ainda no Pequeno Expediente, presidente, eu quero parabenizá-lo pela reunião de ontem com a Secretaria de Justiça e Segurança Pública, o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública. Quero falar da importância da reunião, que foi mais um passo que esta Casa de Leis dá para, junto com os outros Poderes constituídos, chegar a uma solução com relação aos crimes contra nós mulheres. Infelizmente, deputado Lucas de Lima, ontem ocorreu mais um caso de feminicídio aqui no estado, numa aldeia indígena, em Dourados. Uma jovem de vinte e oito anos foi assassinada a golpes de foice pelo companheiro, na frente do filho do casal, de apenas oito anos. Não se pode naturalizar tudo isso. E nós não podemos mais ficar aqui sempre relatando, relatando esses crimes. Somente ano passado, foram registrados trinta e cinco feminicídios. Nós precisamos buscar

ferramentas contra esse tipo de crime. Eu estou apresentando um requerimento a fim de reforçar e reiterar outras proposições que já apresentei aqui inclusive como integrante da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, comissão esta presidida pela deputada Mara Caseiro. Eu já apresentei muitas proposições cobrando do Estado informações e atitudes com relação à falta de efetivo e à falta de aparelhos para o programa Promuse, da Polícia Militar, sobre a Lei Maria da Penha, sobre de que forma as rondas têm sido feitas. Desde o meu primeiro ano de mandato eu tenho cobrado a instalação de Deams que funcionem 24 horas no interior do estado. Em Dourados, há mais de duzentos e sessenta mil habitantes, e a Deam só funciona de segunda a sexta-feira, até às 5 horas da tarde. Ou seja, de noite, na madrugada e nos finais de semana as mulheres ficam desassistidas. O interior do estado também precisa ser enxergado quando o assunto é a violência contra as mulheres. E as não menos importantes mulheres indígenas também precisam ser abraçadas pelas ações que já foram pactuadas. Eu tenho certeza de que o governador foi sensível, honesto e transparente ao reconhecer que houve falha. Ele chamou os Poderes para rever tudo isso. É necessário enfrentar o feminicídio. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Neno Razuk...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Apenas para formalizar aqui no microfone de aparte, senhor presidente, quero agradecer aos meus colegas do PL, que me escolheram para ser o vice-líder da nossa bancada. Nós já fizemos a devida comunicação à Mesa. Mas quero aproveitar a oportunidade para agradecer os deputados Lucas de Lima, Neno Razuk e Coronel David.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado. Com a palavra, o deputado Neno Razuk.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Senhor presidente, hoje de manhã, vindo para a sessão, eu estava ouvindo no rádio uma entrevista do senhor Marcelo Heitor Miranda, superintendente federal da Pesca, e ele falava que o Governo do Estado não apresentou os devidos estudos e que, provavelmente, nos dois anos de duração do estudo, a pesca do dourado ficará liberada. Eu fiquei espantado, pois o dourado apresentou uma recuperação muito grande, todo o mundo sabe disso. Todavia, não se pode regredir. Eu achei um absurdo que isso tenha acontecido. Acho a situação desfavorável ao meio ambiente e totalmente contrário ao que a gente vem conversando aqui. Na sexta-feira nós

teremos uma audiência pública na qual todos vão apresentar, de maneira democrática, seu ponto de vista. Então, eu vim requerer ao governador do estado, senhor Eduardo Riedel, e ao diretor-presidente do Imasul, senhor André Borges Barros de Araújo, que criem um novo decreto (não é prorrogar o atual, é criar um novo decreto) proibindo a pesca do dourado. Nós não podemos regredir. Governador Zeca, o senhor me perdoe. Muitos dizem: "Ah, mas não tem estudo!". Realmente, não há estudo. Mas, considerando o princípio da precaução, que estabelece a obrigação de proteger o meio ambiente, mesmo quando o dano é incerto, a gente tem de proteger o meio ambiente. Então, quando dizem que não há estudo, é o seguinte: na verdade, quem tem de apresentar estudo é quem quer depredar, não quem quer proteger... A legislação, o STJ, o STF, todos estão do nosso lado, do lado de quem quer proteger. Então, presidente, eu estou solicitando que o Governo crie um novo decreto proibindo a pesca do dourado, até que esta Casa formule uma nova legislação referente à pesca. Nós não podemos regredir, não podemos, não podemos aceitar a liberação da pesca do dourado, não podemos dar nenhum passo para trás. Mato Grosso do Sul é exemplo no que tange ao meio ambiente, e no que tange à proteção dos peixes está ficando para trás. Nós não podemos permitir que isso aconteça. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Bom dia, senhor presidente, nobres deputados, público aqui presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, ouvido o colendo Plenário, que seja enviado expediente deste Poder ao senhor governador do estado, Eduardo Correa Riedel, ao presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul, senhor Renato Marcílio da Silva, ao prefeito municipal de Dourados, senhor Marçal Gonçalves Leite Filho, e à prefeita do município de Douradina, senhora Nair Brant, solicitando que o Governo, juntamente com os órgãos competentes, providencie, com urgência, a instalação de um poço artesiano, com caixa d'água e rede de distribuição de água potável, a fim de atender as residências e os comércios do distrito da Vila Sapé, que é cortado pela BR-163, que faz divisa com os municípios de Douradina e Dourados. O distrito da Vila Sapé situa-se nas proximidades do KM 295 da BR-163, é um dos distritos mais antigos da região da Grande Dourados, e não tem água potável. Naquela comunidade, a maioria dos poços são caseiros e outros artesianos; mas, com a falta de chuva, eles têm secado, e a população fica sem água. Diante disso, a comunidade se levantou e criou a Associação de Produtores, Comerciantes e Moradores da Vila Sapé, com intuito de somar forças para levar água para os moradores e comerciantes. O primeiro manifesto pacífico foi feito no dia 7 de fevereiro deste ano, às margens da BR-163, lá no distrito. Bem, ademais, eu trago algumas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja

encaminhado expediente deste Poder à prefeita Adriane Barbosa Nogueira Lopes, com cópia à secretária municipal de Saúde, senhora Rosana Leite, solicitando reforço na aplicação de inseticida pelo carro fumacê em toda a cidade de Campo Grande. Esta solicitação foi encaminhada ao nosso gabinete por meio de cidadãos que participaram do nosso mandato. A solicitação tem como fundamento a denúncia dos moradores da região. Solicito, portanto, a adoção de medidas para prevenir a disseminação de mosquitos vetores da dengue, chikungunya, zika vírus e febre amarela urbana. A solicitação baseia-se ainda na crescente procura por assistência médica, em razão dos sintomas das doenças mencionadas, bem como na constatação de acúmulo de resíduos. Outra indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Marcelo Miglioli, solicitando, com urgência, a limpeza e revitalização da calçada da rua Albert Sabin, entre as ruas Coronel Rogaciano Ferreira Mendes e João Pedro Pedrossian, na Vila Taveirópolis. Solicito à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Barbosa, prefeita de Campo Grande, com cópia ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Marcelo Miglioli, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco na rua José Paes de Farias, esquina com a Brigadeiro Tobias, embaixo do semáforo, na Vila Jacy. Era o que eu tinha, presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Bom dia, Mesa Diretora, colegas deputados e deputadas, senhoras e senhores e todos que nos acompanham pela TV e Rádio ALEMS. Eu vim apresentar um projeto. "Projeto de lei que dispõe sobre a utilização de massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis, e dá outras providências. Artigo 1º - Na construção, manutenção e recuperação de vias públicas, o Estado utilizará, preferencialmente, massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis, observados os percentuais de mistura definidos em normas técnicas de engenharia. Artigo 2º - Nos processos licitatórios para a execução de obras que envolvam a utilização de asfalto, o Estado estabelecerá a utilização preferencial da massa asfáltica, referida no artigo 1º, especificando ainda as normas técnicas de engenharia aplicáveis à sua composição. Parágrafo único. Terão preferência nos processos licitatórios as empresas que utilizam comprovadamente massa asfáltica produzida com borracha de pneumáticos inservíveis, em conformidade com as normas técnicas de engenharia vigentes. Artigo 3º - Esta lei será aplicada exclusivamente aos novos projetos de construção, manutenção e recuperação de vias públicas iniciadas após a sua vigência.". Justificativa: "O presente projeto de lei tem por objetivo estabelecer a utilização preferencial

de massa asfáltica modificada com borracha e pneumáticos inservíveis na construção, manutenção e recuperação de rodovias estaduais, promovendo o desenvolvimento sustentável e gestão ambientalmente adequada de resíduos sólidos e a melhoria da qualidade da infraestrutura viária. A iniciativa encontra respaldo na Constituição Federal de 1988, especialmente no artigo 225, que estabelece ser dever do poder público e da coletividade defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações, promovendo a utilização de tecnologias que minimizem impactos ambientais, e no artigo 170, parágrafo 6º, que consagra o princípio da defesa do meio ambiente, como um dos fundamentos da ordem econômica, condicionando o desenvolvimento econômico à sustentabilidade ambiental. A utilização de borracha de pneus inservíveis na composição da massa asfáltica contribui para a destinação ambientalmente correta desses resíduos, alinhando-se aos princípios da política nacional de resíduos sólidos, Lei Federal nº 12.305/2010, que preconiza a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e a prioridade para reutilização e reciclagem. Estudos técnicos demonstram que o asfáltico de borracha apresenta desempenho superior em relação ao asfalto convencional. As principais vantagens incluem: 1ª - maior durabilidade. A adição de borracha confere maior resistência à fadiga e à formação de trincas, aumentando a vida útil do pavimento. 2ª - melhor aderência e segurança. O asfalto modificado proporciona maior aderência entre os pneus dos veículos e a pista, reduzindo o risco de aquaplanagem. 3ª - redução de ruído. O uso de borracha contribui para a diminuição da poluição sonora, o que é especialmente benéfico em áreas urbanas. 4ª - resistência às variações climáticas. Apresenta melhor comportamento em regiões com climas extremos, tanto em altas quanto em baixas temperaturas. Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação deste projeto de lei, que representa um avanço significativo na promoção da sustentabilidade e na eficiência da gestão de obras públicas." Era isso, senhor presidente. Muito obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Gleice Jane.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Presidente, eu vou fazer um anúncio. Na verdade, não vou lê-lo devido ao pouco tempo, porque nós queremos usar o Grande Expediente. Mas vou apresentar uma moção de congratulação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Elisabete Teixeira, que, no dia 13 de fevereiro, completou cem anos de vida. A senhora Elisabete é uma mulher da Paraíba, que sempre lutou em defesa da reforma agrária, dos direitos humanos, das mulheres. Esta semana a gente tem discutido bastante sobre a luta das mulheres. E a história da senhora Elisabete foi resgatada num documentário chamado "Cabra Marcado para Morrer", de Eduardo Coutinho, que foi

considerado um dos melhores filmes e documentários de todos os tempos da Associação Brasileira de Críticos de Cinema. Então, como atualmente está em voga o filme "Ainda Estou Aqui", achei importante evidenciar a luta dessa guerreira, fundamental na luta das mulheres. Também estou apresentando um projeto. "Projeto de lei que institui o Protocolo de Enfrentamento, Repressão e Erradicação do Feminicídio, visando à efetiva prevenção, repressão e erradicação do feminicídio no Mato Grosso do Sul, com a finalidade de estabelecer procedimentos integrados, humanizados e urgentes, para a proteção das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, especialmente nas primeiras horas após a denúncia, consideradas cruciais para prevenir a escalada de violência e a ocorrência de feminicídio.". Ontem foi um dia histórico em Mato Grosso do Sul, e eu diria histórico no Brasil. Porque nós paramos os Três Poderes do Estado de Mato Grosso do Sul para juntos discutirmos sobre o enfrentamento da violência contra as mulheres. Nós paramos a sessão, chamamos os Poderes para uma reunião aqui na Assembleia, iniciamos um debate, tivemos propostas interessantes, importantes, que ainda nos serão apresentadas de maneira formal, porque ontem foi só uma conversa. A ministra Cida Gonçalves, do Ministério das Mulheres, esteve aqui no estado também; uma equipe dela está acompanhando a situação. Mas, no final do dia, nós recebemos duas notícias bastante preocupantes: "as delegadas que entregaram seus cargos" e "mais um feminicídio ocorrido aqui no estado". E eu quero comentar um pouco sobre o que senti no final do dia de ontem. Nós começamos o dia com bastante empolgação. Eu esperava que chegaríamos ao final do dia e veríamos uma coletiva de imprensa com os Três Poderes, com o Governo anunciando as mudanças, que seriam definitivas. No entanto, ao ver, inclusive, a reação das delegadas, chamou-me a atenção o silêncio de quem deveria responder por tudo isso. O secretário de Segurança não se manifestou até agora sobre o caso, e as delegadas é que estão sendo responsabilizadas. A atitude das delegadas é um recado: as mulheres não vão assumir responsabilidades que são dos homens que deveriam responder pelo que está acontecendo. Até porque quem tem o 'poder da caneta' é o governador, é o secretário de segurança. Até agora, eles apenas admitiram a falha, mas não assumiram suas responsabilidades. Quero, portanto, deixar minha preocupação com relação a isso. Eu esperava que o Poder Executivo adotasse medidas mais convincentes, para que as mulheres se sentissem mais protegidas pelo Estado. Nós estamos incentivando as mulheres a continuarem denunciando, pedindo medida protetiva e tudo mais, até porque nós sabemos que esta é a única forma que temos de proteger vidas. Mas nós exigimos que o Governo do Estado e o secretário de Segurança Pública se manifestem, assumam suas responsabilidades e tragam uma solução para o problema. Não se pode responsabilizar as mulheres, as delegadas, pela violência contra as mulheres. Nós mulheres não vamos mais assumir a culpa. Em todos os casos de feminicídio, de violência, historicamente, as mulheres são responsabilizadas. Nós não vamos mais assumir a culpa. Os homens que têm o poder da caneta precisam dividir o

recurso público, inclusive. Eu gostaria de saber, aliás, quanto será destinado do orçamento público para proteção e política para as mulheres. Porque o que nós temos hoje em Mato Grosso do Sul é uma subsecretaria sem recurso, que minguou, que diminuiu demais nos últimos anos. Nós não temos uma política efetiva de proteção aos direitos das mulheres garantida pelo Governo do Estado. Obrigada, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela liderança. Senhor presidente, eu ouvi atentamente o que a nobre deputada Gleice Jane acabou de dizer, e confesso que fiquei surpreso. Porque justamente ontem a Assembleia Legislativa, até por iniciativa de Vossa Excelência, do Coronel David, da Comissão de Segurança Pública, e de outros deputados que integram a comissão, aqueles que militam pela causa da mulher, pela igualdade de gênero, enfim. Mas nós tivemos aqui uma reunião, deputada Gleice, extremamente proveitosa, ouvimos os deputados, o próprio secretário Antonio Carlos Videira esteve aqui conosco, veio ouvir Vossa Excelência sobre o assunto. Salvo engano, foi positivo o encontro, segundo sua avaliação. O Executivo demonstra interesse em encontrar uma saída. E nós contamos também com a presença de dois desembargadores, de membros do Ministério Público, de membros da Defensoria. Agora, nós não vamos fazer proselitismo político em torno de uma morte, lamentável, como a que aconteceu aqui no estado, porque todos estamos sofrendo. O governador teve a coragem de dizer que as instituições de Estado falharam, não necessariamente algum servidor. Dentro do devido processo legal, as responsabilidades serão apontadas. Mas, sim, as instituições de Estado falharam. Este Estado está debruçado sobre o tema, e nós vamos apresentar soluções efetivas para o problema. Agora, nós não vamos fazer nada de modo açodado, não vamos adotar nenhuma medida de caráter populista, porque o tema é complexo. Ano passado, só em Campo Grande, foram registrados vinte mil Boletins de Ocorrência referentes à violência contra as mulheres, e foram ordenadas cinco mil medidas protetivas. A Casa da Mulher Brasileira recebeu um volume imenso de mulheres que foram procurar ajuda. Então, claro, todos nós aqui queremos que o problema seja solucionado. E pode ter certeza de que em breve o governador vai fazer um anúncio contundente. Nós vamos falar da Polícia Militar, da Polícia Civil, vamos falar de aumento da quantidade de defensores públicos, vamos falar sobre monitoramento, vamos falar de tornozeleira eletrônica, vamos falar sobre medida protetiva, vamos falar de rastreamento em tempo real por celular, vamos falar de integração de todos os sistemas de comunicação e serviços que hoje estão desintegrados...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputado, para concluir.



DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Já vou concluir. O Governo do Estado não vai se calar com relação a esta situação. Eu sei do compromisso do nosso governador Eduardo Riedel. Nós vamos dar à sociedade a resposta que ela merece. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Senhores, esta presidência não pode deixar de se manifestar, até porque, ontem, nós estabelecemos uma linha de trabalho para a Comissão de Direitos Humanos e para a Comissão de Segurança. Eu vou pedir à deputada Mara Caseiro e ao deputado Coronel David que nos apresentem um cronograma até segunda-feira. De um dia para o outro o Governo não tem como chegar aqui e mudar a história, o passado. Nós estabelecemos um cronograma. E o governador designou seu vice, o Barbosinha, para tratar deste assunto. Agora, não cabe vir aqui atribuir a culpa a outrem, dizer que a mulher foi cobrada. E nem a Casa, nem o Ministério Público, nem o Tribunal de Justiça, ninguém atribuiu a culpa à mulher, à delegada A ou ao servidor A ou B. Nós chamamos a atenção para o fato de que até agora há um único culpado, que não foi julgado ainda, que é o criminoso. Há pessoas que se esquecem de dizer isso. Mas o processo legal tem de ser respeitado. A gente sempre cobra isso. É preciso respeitar o devido processo legal, dar a oportunidade de voz. E quanto ao movimento das mulheres, das delegadas, pela forma como as coisas estão sendo jogadas, é como se já estivesse tudo errado. Isso é o que tem de ser questionado. Então, eu espero que os dois presidentes de comissão aqui da Casa estabeleçam um cronograma e o apresente até terça-feira, na sessão. Depois nós chamaremos o Poder Executivo para conversar. Esta é nossa observação. Com a palavra, o deputado Zeca do PT, último inscrito no Pequeno Expediente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Eu vou apresentar rapidamente duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, senhor Eduardo Correa Riedel, e aos respectivos secretários de cada área, solicitando a viabilização de doze barracas as quais serão utilizadas pela Associação Empresarial Industrial de Figueirão para a realização de feiras permanentes, que servirão como centro de comercialização de produtos dos pequenos produtores rurais daquela região. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governador do estado, Eduardo Correa Riedel, solicitando a inclusão de vagas para peritos oficiais forenses, peritos criminais e peritos médicos legista no próximo concurso público para provimento de efetivo da Polícia Civil. Por último, senhor presidente, quero dizer que eu recebi uma carta dramática de moradores da região do Bolsão. Eu prefiro não citar seus nomes, vou apenas ler a carta. "Nós precisamos, Zeca, urgentemente aumentar o limite das áreas de preservação permanente aqui da nossa região, precisamos fazer o plantio de árvores frutíferas para alimentar os animais e os pássaros, e não podemos coletar água das

represas para molhar eucalipto. Tudo vai se acabando, Zeca, e nós não podemos fazer absolutamente nada. Estamos vendo os animais e os pássaros desesperados sem alimentação." Eu solicitei aqui publicamente... Está ali o deputado Renato Câmara, presidente da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Eu estou pedindo uma audiência pública. Eu já entrei em contato com o Ibama, com o Ministério do Meio Ambiente. Se a comissão não realizar uma audiência, eu o farei, em nome da Bancada do PT, em Três Lagoas, para discutirmos o plantio das florestas que tomam conta atualmente do Bolsão. Obrigado, presidente.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do senhor José Sobrinho, presidente do Sindicato dos Policiais Civis de Mato Grosso do Sul; do senhor Jansen Peixoto, vice-prefeito do município de Sonora; do senhor Antonio Francisco da Silva, o Zuza, vereador do município de Itaquirai; e do senhor Paulo Xavier, vereador do município de Bonito. Com a palavra, pela ordem, o deputado Renato Câmara.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Eu quero apenas fazer um registro. A reunião da Comissão de Meio Ambiente, deputado Zeca, já está sendo tratada com a sua assessoria, já foram definidos os atores que participaram da reunião, ou seja, os convidados, os interessados neste tema. Agora nós só estamos definindo a data, que será, provavelmente, no início do próximo mês. A gente vai poder discutir melhor o tema. E depois poderemos levar o assunto para as audiências públicas. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — OK. Vamos em frente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Coronel David: uma indicação (Prot. nº 00260/2025). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 00278/2025). De autoria do deputado Junior Mochi: cinco indicações (Prot. nºs 00287/2025, 00290/2025, 00289/2025, 00288/2025, 00286/2025). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 00265/2025, 00266/2025, 00268/2025); um projeto de lei (Prot. nº 00267/2025). De autoria do deputado Lidio Lopes: cinco indicações (Prot. nºs 00284/2025, 00283/2025, 0280/2025, 00279/2025, 00282/2025); um requerimento (Prot. nº 00281/2025). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma moção de pesar (Prot. nº 00272/2025). De autoria do deputado Pedrossian Neto: um requerimento (Prot. nº 00271/2025). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma indicação (Prot. nº 00273/2025). De autoria do deputado Renato Câmara: três indicações (Prot. nºs 00277/2025, 00276/2025, 00275/2025); nove requerimentos (Prot. nºs 00258/2025, 00257/2025, 00262/2025, 00256/2025, 00255/2025, 00254/2025, 00253/2025, 00252/2025,



00251/2025); uma moção de congratulação (Prot. nº 00259/2025). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um projeto de lei (Prot. nº 00274/2025). De autoria do deputado Zé Teixeira: duas indicações (Prot. nºs 00270/2025, 00269/2025). De autoria do deputado do Zeca do PT: uma indicação (Prot. nº 00285/2025). Encerrado o Pequeno Expediente. Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, a deputada Mara Caseiro... Com a palavra, pela ordem, o deputado Roberto Hashioka.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Senhor presidente, eu gostaria de registrar a presença dos vereadores Brendo Barbosa e Murilo Marques, ambos do município de Naviraí.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Deputada Mara Caseiro.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — sem revisão da oradora — Senhor presidente, eu quero agradecer ao deputado Zeca do PT por me conceder um espaço para falar aqui na tribuna. Também quero agradecer a Vossa Excelência e aos meus pares pela compreensão e pela atenção de todos para o tema. Eu vim falar um pouco do que ocorreu na reunião de ontem. E já começo dizendo que esta Casa, bem como todos os cidadãos, tem a responsabilidade de não desencorajar as vítimas de violência a registrar denúncia. Eu já começo assim. Praticamente todos os Poderes constituídos participaram da nossa reunião de ontem. O Ministério Público, a Defensoria Pública, a Secretaria de Justiça, muitas autoridades estiveram aqui. Foi muito bom, porque pudemos discutir essa falha do sistema. E todos nós reconhecemos que houve uma falha, porque mais uma mulher perdeu a vida. Hoje mais uma mulher morreu. Foi o terceiro feminicídio este ano. Mas não podemos perder de vista que cada um de nós tem trabalhado para tentar combater o feminicídio em nosso estado. Eu quero lhes apresentar uns dados que nos foram passados ontem. Em 2024, só em Campo Grande, foram registrados 20.298 Boletins de Ocorrência relativos a violência doméstica. Foram feitas 5.285 representações relativas a medidas protetivas, e 4.200 medidas protetivas conferidas e concedidas. São concedidas 440 medidas protetivas por mês, só em Campo Grande. Ou seja, de 15 a 16 por dia. Então, nós entendemos que houve uma falha no sistema quando perdemos mais uma vida. Mas é preciso colocar que, entre essas 4.200 medidas protetivas, 4.200 vidas foram salvas. Logo, o sistema conseguiu identificar as vítimas e protegê-las. E trago-lhes outro dado. Em 89% dos feminicídios ocorridos nos anos de 2023 e 2024, a vítima não tinha medida protetiva. Em 2024 ocorreram 35 feminicídios. A meu ver, se elas tivessem medida protetiva, essa quantidade teria sido menor. Agora, na reunião de ontem, todas as instituições presentes apresentaram sugestões para melhorar o sistema e torná-lo mais ágil no combate ao feminicídio. E todas apresentaram propostas de proteção às mulheres. Ninguém se esquivou de dizer que precisamos melhorar. Quando a reunião acabou, eu, a Gleice Jane e a Lia Nogueira conversamos com a juíza doutora Jaqueline, com a doutora Clarissa, do MP, com a

defensora Elisiane, e nós ficamos por horas debatendo sobre o que podemos fazer para melhorar o sistema. Eu quero deixar bem claro que as instituições presentes aqui ontem reconheceram que o sistema precisa ser melhorado. Agora, para isso, mais recursos precisam ser direcionados para a segurança da mulher. A deputada Gleice Jane comentou aqui sobre o Plano Estadual de Combate à Violência Contra a Mulher. Nós estamos pensando e trabalhando para estabelecer novas ações. Na reunião foram apontadas várias questões que precisam ser melhoradas, como por exemplo: as oitivas das vítimas precisam ser gravadas; as profissionais que atendem as mulheres precisam receber apoio psicológico. Gente, nós somos seres humanos. Nós ouvimos todos dias histórias dramáticas, e muitas vezes nos sentimos impotentes. Quero destacar que as delegadas também são seres humanos e precisam de apoio psicológico, de qualificação, de aperfeiçoamento. Tudo tem acontecido tão rápido. Também precisamos que haja delegacias funcionando 24 horas por dia em todo o estado. Aliás, a deputada Lia Nogueira tem debatido com bastante frequência sobre esta questão aqui na Casa. Também quero citar aqui a questão da criação de um canal digital. E quero chamar a atenção de todos para quando dizemos que a mulher tem que denunciar. Ocorre que, como a Vanessa comentou, se a mulher se sente negligenciada no atendimento, precisa haver um canal digital para a mulher poder registrar o ocorrido. Isso pode corrigir a falha no atendimento presencial. O atendimento precisa ser acolhedor. Alguém tem dúvida com relação a isso?... Mas nós não podemos apontar o dedo para um ou para outro, nós temos que fazer o que foi feito ontem, cada um precisa assumir suas responsabilidades e encontrar mecanismos para melhorar o sistema. O Cadastro Estadual de Condenados também é outro detalhe importante. Isso já foi colocado pelo deputado Pedro Kemp. E ontem nós ouvimos que, de 90% a 95% dos agressores são absolvidos por falta de materialização. O Boletim de Ocorrência vem só com dez linhas, não tem muitas informações sobre o crime...

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Materialidade.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Isso mesmo. Não tem materialidade. A gente precisa discutir isso. Também foi sugerida ontem a criação de um alerta a todas as instituições no caso de o agressor ser recorrente. O formulário tem que ser mais objetivo, para que apresente mais materialidade e justifique a medida protetiva. Também foi colocada ontem a possibilidade de prisão preventiva do agressor. Então, gente, eu quero ser bem clara: todos nós temos a responsabilidade de encontrar maneiras de melhorar o sistema. Com novas leis? Sim. Alguém me disse: "Ah, Mara, mas se fala em dia disso e dia daqui!" Gente, vamos falar a verdade, quanto mais a gente discutir e debater e combater a violência contra as mulheres, melhor é. É preciso falar disso todos os dias, seja por meio de campanha, seja por meio do uso de botons, enfim. O que nós queremos é, de alguma forma, chegar às crianças e ensiná-las a respeitar os direitos das mulheres; também

queremos chegar aos idosos, que, muitas vezes, têm conceitos distorcidos quanto aos direitos das mulheres. Para concluir, quero deixar bem claro que nós, em conjunto com os demais Poderes, vamos continuar trabalhando pelo combate à violência doméstica. Eu, que sou presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Combate à Violência Doméstica e Familiar, quero solicitar ao deputado Coronel David, presidente da Comissão de Segurança Pública, que façamos uma reunião na terça-feira, dia 25, às 8 horas, aqui na Assembleia, para tratarmos do assunto. Eu vou ver se será no Plenarinho ou na Sala da Presidência. Algumas pessoas querem vir apresentar algumas sugestões. É importante ouvi-las. Colegas deputadas Gleice Jane e Lia Nogueira, nós, que somos aqui representante das mulheres sul-mato-grossenses, podemos estabelecer o plano estadual, a fim de combatermos de fato a violência doméstica. Sabemos que contamos com o apoio dos pares. Eu deixo aqui meu recado: mulheres, continuem denunciando. Continuem denunciando. O próprio Tribunal de Justiça disse que o protocolo de atendimento à mulher precisa ser mudado. Um policial militar pode acompanhar a mulher na tirada de seus pertences, pode retirar o agressor do local. A vítima não poder ir sozinha ao local em que o agressor estiver. O efetivo das polícias precisa ser ampliado, mais recursos precisam ser destinados para a segurança pública. O Estado precisa melhorar ainda mais o sistema de segurança das mulheres. Obrigada.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Passo a presidência ao deputado Paulo Corrêa.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito que o segundo-secretário verifique o quórum para deliberação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e quatro deputados presentes, há quórum para deliberação das matérias.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Agradeço. Conto com a colaboração dos companheiros, para que façamos uma Ordem do Dia na paz de Deus. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 00299/2023. Autor: deputado Junior Mochi. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.498, de 13 de fevereiro de 2008, que dispõe sobre o processo legislativo de declaração de utilidade pública das entidades que menciona, disciplina o processo administrativo de registro das mesmas, seu cancelamento, e dá outras providências." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral nº 01, tendo como relator o deputado Pedro Pedrossian Neto. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00299/2023, de autoria do deputado Junior Mochi.



Presidente - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, apenas para declarar meu voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declaração de voto, o deputado Junior Mochi, autor do projeto.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, a proposição em tela visa adequar a lei que reconhece de utilidade pública as entidades filantrópicas ao que disciplina a Lei Federal nº 9.790/1999, e à Lei Federal nº 13.019/2014, uma vez que prevê que os dirigentes possam, evidentemente, receber remuneração das entidades, desde que com a aprovação das mesmas. Então, o objetivo da proposta é apenas fazer a adequação da nossa lei de reconhecimento de utilidade pública que impediu o reconhecimento de entidades, quando seus dirigentes recebem qualquer tipo de remuneração.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declaração de voto, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Eu quero parabenizar o deputado Junior Mochi pela propositura. De fato, inúmeros dirigentes de entidades não possuem nenhum tipo de remuneração. Vejam a Lei Federal nº 13.019, que é o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil. Tudo está absolutamente regulamentado em legislação nacional; e aqui em Mato Grosso do Sul havia essa distorção, a lei local proíbe a remuneração dos dirigentes. Este é um pleito antigo de todas as OSCs. Eu tenho um contato bastante estreito com essas instituições. Sei da importância de suas atividades. Seus dirigentes precisam receber uma remuneração justa. Eu voto favorável.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Ainda em votação...

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.



DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PL) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Encerrada a votação.
Solicito ao senhor segundo-secretário o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai à segunda discussão. Item 2. Em discussão única. Seis requerimentos, cinquenta e cinco indicações, sete moções de congratulação e três moções de aplauso. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação...

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, pela ordem, a deputada Gleice Jane.



DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Eu quero pedir destaque do Requerimento nº 147/2025, de autoria do deputado João Henrique.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — OK. Vamos votá-lo em separado depois. Em votação. Cinco requerimentos, cinquenta e cinco indicações, sete moções de congratulação e três moções de aplauso." Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação... Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Em votação o Requerimento nº 147/2025, de autoria do deputado João Henrique.

Presidente - deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário - deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Pela ordem, presidente. Eu quero fazer um questionamento. Eu fiz uma avaliação do requerimento em questão, li toda a justificativa, e algo me preocupou. Esta semana nós estamos discutindo aqui justamente um caso de violência contra a mulher. Ontem esta Casa assumiu a responsabilidade de debater sobre a violência, e fez isso magnificamente. Eu gostaria, inclusive, de registrar a importância da reunião que fizemos ontem aqui. Agora, o requerimento em tela vai na contramão de tudo o que nós debatemos. Ele traz a negação da identidade de gênero da professora, a sugestão de que a presença da professora trans na escola prejudica as crianças, a afirmação de que a identidade de gênero é uma imposição ideológica; imputa conduta irregular à professora por questões de gênero. Tudo isso pode se enquadrar, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal, em crime de transfobia, que é comparado ao crime de racismo. Então, eu gostaria de perguntar à Mesa se ela vai prosseguir com a votação deste requerimento, que pode conter um teor criminoso, machista, transfóbico, e que vai na contramão de tudo o que discutimos ontem.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Antes de lhe conceder a palavra, deputado, eu devo dizer que os colegas podem apresentar o requerimento que quiserem. Primeira coisa. Segunda: votação. A senhora pode votar como quiser. Agora, eu não posso retirar o projeto ou o requerimento de algum deputado. Quem tem de fazer isso é o autor. A Mesa Diretora está cuidando para ter respeitado o Regimento Interno da Casa. Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedrossian Neto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para que os deputados tenham ciência do que está sendo colocado... A deputada faz uma série de acusações com relação ao requerimento. Para que nós possamos fazer uma análise justa, equilibrada, imparcial e serena, eu sugiro que nós tenhamos acesso ao conteúdo integral do requerimento. Se alguém pudesse lê-lo, seria bom. Obrigado.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Senhor presidente, a deputada Gleice Jane estava discutindo, e eu estava aguardando Vossa Excelência terminar e abrir para discussão. Eu quero explicar. Eu posso ler o requerimento. Mas eu prefiro discutir e explicar. Trata-se de um requerimento de informações sobre a questão do professor que foi vestido de maneira inadequada à escola. A gente solicita informações de caráter pedagógico com relação ao conteúdo, com relação à autorização, com relação à ciência da Secretaria de Educação, com relação à autorização dos pais, que é uma exigência legal, para não cometimento de crimes, deputado Pedrossian Neto, quanto à utilização da imagem das crianças, independentemente da vestimenta do professor, na rede social da escola. A gente necessita dessas informações para, talvez, atuar aqui nesta Casa. E eu volto a dizer que não acho correto um professor ir à escola [vestido de mulher], sem o consentimento dos pais dos alunos, e colocar sua ideologia num conteúdo coletivo...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu quero discutir, senhor presidente.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — ... Eu já discuti isso; mas eu quero, senhor presidente, reforçar que o requerimento é de informações. A partir dessas informações, nós poderemos fazer um debate aprimorado com os parlamentares que divergem da nossa opinião. Repito: acho completamente inadequado. Mantenho, na íntegra, o que foi dito e requerido aqui nesta Casa, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, para discutir, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, o deputado João Henrique insiste em chamar a professora Emy de professor. Isso é uma falta de respeito para com a identidade de gênero da professora. Ela é uma professora, não um professor. Eu acredito que Vossa Excelência, quando insiste nisso, comete um ato de homofobia e transfobia. Na sociedade, há pessoas que nasceram com órgãos genitais masculinos mas que se identificam como alguém do gênero feminino. Se Vossa Excelência não entende essa situação, é bom estudar para respeitar a identidade das pessoas. Identidade não é ideologia. Vossa Excelência comete um erro gravíssimo ao misturar as coisas para deturpar o debate. O senhor diz que se trata de ideologia. Converse com uma pessoa transexual para entender sua identidade e seu jeito de ser e de se encarar como pessoa na sociedade. A pessoa tem uma identidade, e identidade é algo interno, é algo pessoal.

Ninguém pode dizer "Olha, você tem que ser homem, se comportar como homem e se vestir como homem", se a pessoa se identifica como mulher. Nem o senhor nem a sociedade podem impor isso a quem quer que seja. Portanto, este debate precisa ser aprofundado aqui. Insistir nisso, depois que Vossa Excelência já constrangeu a professora aqui durante um debate, inclusive com a exibição de vídeo, é querer prejudicar ainda mais a pessoa, que já foi prejudicada quando foi exposta para o conjunto da sociedade daquela forma. Eu acho que Vossa Excelência quer que ela fique doente. As pessoas que passam por esse tipo de discriminação que Vossa Excelência está fazendo entram em depressão, têm de pegar licença psiquiátrica e se afastar do trabalho, têm de tomar remédio. É isso que Vossa Excelência está querendo perseguindo a professora Emy. Isso é uma perseguição. Acho que a gente precisa tomar cuidado com esse tipo de procedimento aqui nesta Casa. Aliás, há outro projeto de Vossa Excelência que nós vamos discutir no momento certo, quando ele chegar aqui no Plenário, se chegar, porque ele é inconstitucional, porque ele fere a Constituição brasileira, fere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, fere tudo o que diz respeito à regulamentação da educação. Vossa Excelência quer que os professores sejam neutros em suas formas de ensinar, de discutir os conteúdos. Só se isso existe em outro planeta, porque neste ninguém é neutro em seu modo de pensar. Cada um tem seu jeito de pensar. E a Constituição garante a autonomia intelectual, a liberdade de ensino no Brasil. Se alguém extrapolar esse direito, vai responder, pode responder judicialmente. Mas, a meu ver, este requerimento é mais uma perseguição a uma pessoa. Olha, nós temos que respeitar as pessoas. Nós podemos insistir em algo que possa adoecer alguém. Para finalizar, quero dizer que a professora Emy se apresenta como mulher, ela usa saia, vestido, calça, passa batom, coloca brinco, e seus alunos já estão acostumados com ela. E no primeiro dia de aula deste ano, ela foi fantasiada de Barbie...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Da Shopee...

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — ... para, de forma lúdica, receber seus alunos; e eles não ficaram chocados como Vossa Excelência ficou, porque eles estavam acostumados a ver a professora Emy como mulher. O preconceito existe apenas na cabeça de algumas pessoas. O deputado aqui tem autonomia para apresentar seus requerimentos, e nós temos autonomia para votar como queremos. Quero pedir aos colegas deputados que não colaborem com essa ação do deputado João Henrique que visa adoecer ainda mais uma professora que está tentando exercer sua profissão dignamente. Solicito que os colegas emitam voto contrário a este requerimento. Não vamos colaborar com esta medida persecutória a uma pessoa humana, a uma mulher trans, que quer fazer seu trabalho.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados. Vai estar no painel o requerimento em separado, cada um vota com a sua consciência.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Declaração de voto, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Para declaração de voto, o autor, deputado João Henrique.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Vou declarar meu voto apenas porque fui mencionado. Quero dizer que a Barbie da Shopee foi apresentada para crianças de seis anos de idade montada para incentivar. Em suas redes sociais, o professor disse que o fez para plantar uma sementinha na cabeça das crianças. A sementinha é que a Barbie da Shopee é da Shopee porque tem uma coisa que a Barbie não tem e que quem tem é o Ken. Eu não tenho preconceito nenhum. Acho que cada um faz o que quer. Meu respeito, a minha identidade, deputado Pedro Kemp, é com a língua portuguesa, é com o vernáculo. Eu aprendi que se diz o travesti, e foi assim que a denúncia chegou às minhas redes sociais. Então, com todo respeito, eu divirjo de Vossa Excelência. Eu voto favorável.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Senhor presidente, eu gostaria de indicar à Bancada do PT que vote contra. Vou justificar. O requerimento realmente nega a identidade, nega a existência de uma mulher. É sobre isso que nós estamos falando. E outra coisa, questiona se a vestimenta, ou a fantasia, usada 'pelo professor', novamente negando a identidade da Emy, está alinhada com as normas e critérios estabelecidos para as atividades pedagógicas. Eu pergunto se as vestimentas das mulheres são inadequadas para serem usadas nas escolas. Estão sendo questionadas aqui também as mulheres, as mulheres trans, as mulheres cis, enfim. Este requerimento tem um teor preconceituoso, machista, homofóbico, transfóbico. Voto não.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente registrado, deputada.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Aqui para nós consta: "Requerimento de informações sobre legislação precoce de ideologia de gênero para crianças de seis a sete anos de idade na Rede Municipal de Educação." Só isso. Agora, durante o debate, estamos tendo acesso a essas outras situações. É possível pedir vista deste requerimento?

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Está em processo de votação, deputado. Perdoe-me. O senhor teve todo o tempo do mundo para pedir vista.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — É que o requerimento aparenta ser tranquilo, mas...

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Senhor presidente, declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, a deputada Mara Caseiro, para declaração de voto.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Nós temos aqui um pedido de informação, é isso, deputado João Henrique?... O deputado tem o direito de solicitar as informações que deseja. Ele foi acionado por algumas pessoas que acharam inadequada a conduta da pessoa em questão. Acho que cada um tem seu ponto de vista, seu posicionamento, enfim. Eu também não aceito atitudes homofóbicas. Acho que a pessoa tem o direito de se entender e de se ver como mulher ou como homem, enfim. E também acho que o deputado João Henrique está no seu direito de pedir informações. O senhor não está aqui julgando ou pré-julgando ninguém, não é, deputado João Henrique?... Então, eu voto sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Questões técnicas.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, declaração de voto.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Pois não.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, o assunto é relevante e tem de ser aprofundado, realmente, aqui nesta Casa. E como bem disse a deputada Mara Caseiro, trata-se de um pedido de informações. Isto é regimental. Portanto, eu voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Eu quero fazer minhas as palavras do deputado Junior Mochi. A meu ver, o assunto precisa ser melhor debatido. A deputada Mara Caseiro explicou muito bem a situação. Trata-se de pedido de informações. O parlamentar tem esse direito. Portanto, eu voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Senhor presidente, eu ouvi o autor e não vi nenhuma discriminação. Trata-se de apenas um pedido de informações. E, pelo que entendi, não é para a pessoa, é para a Secretaria de Educação do município de Campo Grande. Então, eu voto sim.



PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente. Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Presidente, eu sigo as palavras da deputada Mara Caseiro. Eu costumo dizer que ninguém é obrigado a aceitar a escolha das pessoas, mas é obrigado a respeitá-las. O respeito é a base de tudo. Eu também acredito que o deputado João Henrique está no seu direito. O pedido de informações é uma ferramenta que temos quando ficamos com alguma dúvida. Eu tenho muitos amigos homossexuais. Ser trans realmente é uma questão de identidade. Isto está pacificado. Não há questionamento com relação a isso, muito menos preconceito. Eu vou votar sim no requerimento. Não vejo nenhum impedimento. Quero reforçar que esta Casa levanta a bandeira da democracia, da igualdade, do direito e do respeito, principalmente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto, para declaração de voto.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Apenas para declarar meu voto. Eu quero dizer o seguinte: não está em discussão a questão de respeito à identidade da professora Emy. Eu entendo que ela é uma professora. E nem cabe discussão sobre transfobia. O que está sendo discutido é o direito que o parlamentar tem de solicitar informações. Isto está previsto no Regimento. Lendo o requerimento, não vi nada de transfobia. Está perguntando o seguinte: qual era o objetivo pedagógico da apresentação? A apresentação estava prevista no Plano de Ensino? A comunidade escolar estava sabendo? Então, o requerimento parece normal, do ponto de vista técnico. O que o parlamentar vai fazer com tais informações é de responsabilidade dele. Se ele quiser fazer uso das informações para correr atrás de indiciar a pessoa, é com ele. Isso sim pode ser chamado de perseguição. Neste momento, o que está sendo discutido é o direito que o parlamentar tem de pedir informações. E, a meu ver, as informações aqui solicitadas são técnicas. Voto sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Perfeitamente. Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, antes de anunciar o resultado, quero fazer um pedido ao deputado João Henrique. Quando as informações chegarem a esta Casa, informe aqui na tribuna a posição da Secretaria de Educação...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Eu as disponibilizarei, deputado, à Comissão de Educação...

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Acho que nós temos o direito saber...

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Acho que é algo que esta Casa vai receber, presidente, antes do parlamentar. Então, já fica autorizado o compartilhamento das informações.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Em votação.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Não.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Não.

DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Não.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São onze votos sim e três votos não.

PRESIDENTE (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 3. Moções de pesar. Proposta pelo deputado Paulo Corrêa, em razão do falecimento do senhor Márcio Roberto Fante Filho. Proposta pela deputada Mara Caseiro,



em razão do falecimento da senhora Terezinha dos Santos. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que as aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovadas. Vão ao Expediente. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zé Teixeira. Transferida. Encerradas as Explicações Pessoais. Nada mais havendo a tratar, eu vou declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada (11h36min).